



**INCLUSÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR:
AUTOETNOGRAFIA DE UM ALUNO DE ENFERMAGEM DE UMA
UNIVERSIDADE PÚBLICA**

GABRIEL DA SILVA E SILVA

MANAUS – AM

2025

GABRIEL DA SILVA E SILVA

**INCLUSÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR:
AUTOETNOGRAFIA DE UM ALUNO DE ENFERMAGEM DE UMA
UNIVERSIDADE PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II como componente curricular obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem da Universidade do Estado do Amazonas.

Orientador: Prof. Dr. Altair Seabra de Farias

MANAUS – AM
2025

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

S586i

Silva e Silva, Gabriel da

Inclusão, acesso e permanência indígena no ensino superior:
Autoetnografia de um aluno de enfermagem de uma universidade
pública / Gabriel da Silva e Silva. Manaus : [s.n], 2025.
22 f.: ; 21.0 cm.

TCC - Graduação em Enfermagem - Bacharelado- Universidade do
Estado do Amazonas, Manaus, 2025.

Inclui Bibliografia.

Orientador: Farias, Altair Seabra de.

1. Inclusão. 2. Acesso-permanência. 3. Autoetnografia. 4. Indígenas.
5. Ensino Superior. I. Farias, Altair Seabra de (Orient.) II.
Universidade do Estado do Amazonas. III. Título

CDU(1997)616-083



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A Banca Examinadora de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II) do (a) aluno

(a): Gabriel da Silva e Silva,

intitulado: Os desafios da inclusão, acesso e permanência indígena no ensino superior: Autoetnografia de um aluno de enfermagem de uma universidade pública.

constituída pelos professores:

(Orientador): ALTAIR SEABRA DE FARIAS,

(Examinador): EDINILZA RIBEIRO DOS SANTOS,

(Examinador): LUCAS LORRAN COSTA DE ANDRADE,

reunida na sala 2 da ESA/UEA, no dia 25 / 11 / 2025, às 10 : 27 horas,

para avaliar a Defesa em pauta, de acordo com as normas estabelecidas pelo regulamento de TCC desta Universidade, considerou que o referido trabalho:

() Foi aprovado sem alterações¹

(X) Foi aprovado com alterações²

() Deve ser reapresentado³

() Foi reprovado⁴

Manaus, 25 de Novembro de 2025.

1. [Assinatura]
2. [Assinatura]
3. _____

¹ Aprovado sem alterações (Média da AP1 e AP2 \geq 8,0): trabalho não precisa sofrer nenhuma alteração.

² Aprovado com alterações (Média da AP1 e AP2 \geq 8,0): trabalho precisa incluir as correções indicadas pela Banca Examinadora.

³ Reapresentado (Média da AP1 e AP2 \geq 4,0 e $<$ 8,0): trabalho não alcançou nota suficiente para aprovação direta e deverá ser reformulado conforme sugestões da Banca Examinadora, sendo submetido a uma nova avaliação, conforme

RESUMO

Nas últimas décadas, embora de forma não totalmente satisfatória, observou-se um expressivo aumento no número de estudantes indígenas em diversos cursos das universidades brasileiras. Isso representa o maior aumento quando se compara ao crescimento de estudantes de outros grupos raciais/cor. Esse avanço resultou de múltiplos fatores, destacando-se a atuação do movimento indígena, que historicamente reivindica o fortalecimento do diálogo com a academia e a formação de pesquisadores oriundos dos povos originários. Este estudo tem como objetivo descrever a experiência, pontos positivos e desafios acerca da inclusão, acesso e permanência de um estudante indígena, da etnia Baré, no ensino superior, no curso de enfermagem da Universidade do Estado do Amazonas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do gênero autoetnografia. Os resultados revelam que, mesmo com políticas de ações afirmativas, como a Lei de Cotas e a Lei Estadual nº 6.898/2024, que ampliou o acesso dos estudantes indígenas, ainda existem dificuldades em relação à sua permanência no ensino superior, destacando-se as socioculturais e financeiras, além de serem identificados preconceitos velados, ausência de valorização cultural e políticas institucionais específicas. Em contrapartida, há iniciativas como a Liga Multidisciplinar de Saúde Indígena, o GEPEPHE-LEHED e programas como o Ajuri na Floresta e a Residência Multiprofissional em Saúde Indígena, que demonstram significativo avanço para a integração e fortalecimento dos estudantes indígenas no ambiente acadêmico. Conclui-se que a inclusão indígena de forma efetiva requer o compromisso institucional, que promova práticas pedagógicas decoloniais e valorização dos saberes tradicionais, a fim de garantir para estes estudantes formação plural, intercultural e humanizada.

Palavras Chaves: Inclusão, Acesso, Permanência, Autoetnografia, indígenas, ensino superior

ABSTRACT

In recent decades, although not in a fully satisfactory manner, there has been a significant increase in the number of Indigenous students in various courses at Brazilian universities. This represents the greatest growth when compared to the increase in students from other racial/color groups. This progress resulted from multiple factors, especially the role of the Indigenous movement, which has historically advocated for strengthening dialogue with academia and for the training of researchers from Indigenous peoples. This study aims to describe the experience, positive aspects, and challenges regarding the inclusion, access, and permanence of an Indigenous student, from the Baré ethnic group, in higher education, in the nursing program at the University of the State of Amazonas. It is a qualitative research study of the autoethnographic genre. The results reveal that, even with affirmative action policies such as the Quota Law and State Law No. 6,898/2024, which expanded access for Indigenous students, there are still difficulties concerning their permanence in higher education, especially sociocultural and financial ones. Additionally, hidden prejudices, lack of cultural appreciation, and specific institutional policies were identified. On the other hand, there are initiatives such as the Multidisciplinary Indigenous Health League, GEPEPHE-LEHED, and programs such as Ajuri na Floresta and the Multiprofessional Residency in Indigenous Health, which demonstrate significant progress for the integration and strengthening of Indigenous students in the academic environment. It is concluded that effective Indigenous inclusion requires institutional commitment that promotes decolonial pedagogical practices and the appreciation of traditional knowledge, in order to ensure these students a plural, intercultural, and humanized education.

Keywords: Inclusion, Access, Retention, Autoethnography, Indigenous peoples, Higher education

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	METODO	8
3	RESULTADOS E DISCUSSÃO	9
4	CONCLUSÃO	20
	REFERÊNCIAS	20

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, embora de forma não totalmente satisfatória, observou-se um expressivo aumento no número de estudantes indígenas em diversos cursos das universidades brasileiras. Esse crescimento é muito mais elevado do que o aumento observado no total da população indígena do país, conforme revelado pelo censo demográfico realizado pelo IBGE em 2022, e também representa o maior aumento, quando se compara ao crescimento de estudantes de outros grupos raciais/cor. Ressalta-se que os conselhos universitários desempenharam um papel central na criação de diretrizes regulatórias para a implementação de Programas de Reserva de Vagas (PRV) que facilitam o ingresso nas universidades públicas (1,2). Esse avanço resultou de múltiplos fatores, destacando-se a atuação do movimento indígena, que historicamente reivindica o fortalecimento do diálogo com a academia e a formação de pesquisadores oriundos dos povos originários. No contexto das lutas pela ocupação de espaços na universidade, diversas ações afirmativas foram sendo desenvolvidas com o objetivo de apoiar a resistência dos povos tradicionais (3–6). Nesse sentido, deve-se destacar a Lei 12.711 de 2012, também conhecida como Lei das Cotas, que ampliou o acesso conforme a legislação vigente, a quantidade de vagas deve ser, no mínimo, equivalente à proporção de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência presente na população da unidade da Federação em que a instituição se encontra, de acordo com o mais recente censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (7).

No Brasil existem cotas tanto nas universidades federais e estaduais. No que tange à esfera regional temos a Universidade Estadual de Campinas que possui o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS), no qual, conta e prevê desde 2004 que candidatos autodeclarados indígenas que tenham cursado o ensino médio em escola pública podem ter até 40 pontos acrescidos em sua nota final (8). No presente estudo vale ressaltar a Universidade do Estado do Amazonas e a Lei Estadual Nº 6.898, de 20 de maio de 2024 que dispõe sobre o acesso a vagas oferecidas pela Universidade. No capítulo III, Art. 6º, nas modalidades de ingresso por meio do vestibular e Sistema de Ingresso Seriado (SIS) - pessoas indígenas, com 10% (dez por cento) das vagas destinadas à concorrência geral, compreendendo aqueles que tenham cursado os três anos do ensino médio (do 1º ao 3º ano) em escolas de qualquer natureza no Brasil (9)

O ingresso de alunos indígenas nas universidades do Brasil representou uma inovação que trouxe à tona a questão da diversidade e das experiências multiculturais e pluriétnicas,

acompanhada de muitos ensinamentos, desafios e obstáculos (10). As suas narrativas, culturas, idiomas, conhecimentos e saberes ainda permanecem ausentes nos currículos. A representação deles em outros ambientes acadêmicos essenciais também é limitada e somente o conhecimento obtido nas aulas é reconhecido, o que se opõe aos saberes indígenas, nos quais os ensinamentos são frequentemente adquiridos através de atividades cotidianas dentro de um contexto cultural específico. (11,12). Neste contexto para Kawakami (13) os estereótipos e preconceitos voltados para as comunidades indígenas suscitam a indagação que, de sua perspectiva, é errônea sobre a maneira de “incluir esses povos” nas instituições de ensino superior, temendo que isso possa se transformar em um instrumento que comprometa suas identidades culturais e afete a conexão dos alunos com suas origens.

Estudos já demonstraram que os argumentos que apoiam as ações afirmativas podem ser classificados em três categorias: luta contra as desigualdades sociais e raciais existentes, reparação por injustiças do passado, apreciação da diversidade e das variações culturais. Por outro lado, os argumentos contrários sustentam a importância do mérito e da excelência acadêmica, rejeitando qualquer tipo de “discriminação”. Alguns defendem uma abordagem *colorblind* “cega à cor” nos processos de seleção, enquanto outros afirmam que as políticas raciais podem acabar fortalecendo a racialização (2,14–18)

As pesquisas relacionadas à presença de indígenas no ensino superior destacam três principais tipos de obstáculos que os estudantes enfrentam: financeiros (como a ausência de moradia, transporte, alimentação e insumos), educacionais (dificuldade em acompanhar os conteúdos sem as devidas adequações) e sociais (interações com não indígenas frequentemente marcadas por preconceito e discriminação). Finalmente, a adaptação a um novo estilo de vida, considerando a alteração nos hábitos diários, a alimentação, a convivência com pessoas que têm ritmos diferentes da vida comunitária, as condições climáticas e o ambiente acadêmico, além da nostalgia de estar próximo de parentes e amigos (10,19). Neste contexto, como parte da etnografia, a 'autoetnografia' emerge como uma alternativa para relatar, sistematizar e examinar vivências pessoais (auto) com o intuito de compreender a experiência cultural (grafia) e a vivência em comunidade (etno).(20)

A autoetnografia incorpora a noção de reflexividade, que procura observar e ponderar a partir das experiências do pesquisador, considerando as interações que se formam entre o 'pesquisador' e o 'campo', bem como as descobertas que podem surgir ao longo do processo de investigação. Além disso, a autoetnografia tem a capacidade de provocar uma ressonância considerada “empática” nos leitores e leitoras, “validando”, dessa forma, essa modalidade de

escrita, que oferece um convite contínuo ao exercício de conviver, sentir, descrever e aprender, além de promover a afetividade (20,21). Um fator marcante nas autoetnografias é a renúncia às tentativas de revelar a mentalidade do "nativo" ou da cultura em análise. Em vez disso, o pesquisador se disponibiliza a compartilhar seus próprios pensamentos em resposta à influência de sua imersão em um novo cenário cultural (22). No Brasil, a autoetnografia tem sido abordada como uma metodologia há um período mais curto, enfrentando considerável oposição em sua aplicação, por ser considerada empírica. Além disso, a autoetnografia ainda não foi validada nos periódicos científicos da área de saúde (20).

Diante destas considerações, este estudo tem o objetivo de descrever a experiência/vivência da inclusão, acesso e permanência indígena no ensino superior do curso de graduação em enfermagem por meio de uma autoetnografia.

2 METODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa do gênero autoetnografia, que se baseia na avaliação crítica de vivências individuais para ponderar sobre ações sociais mais abrangentes. Este estilo de escrita é autobiográfico, mas atua também como uma abordagem metodológica e uma proposta teórica e conceitual dentro da pesquisa acadêmica (23). Refere-se autoetnografia como uma metodologia que deve integrar análise cultural e interpretação com aspectos narrativos ricos em detalhes. Isso implica que os autoetnógrafos são esperados a refletir, analisar e interpretar suas experiências dentro do contexto cultural em que estão inseridos, dito isto, aqueles que se engajam na autoetnografia não podem examinar suas vidas sem considerar sua posição em relação aos demais (24).

O autor, estudante do curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Amazonas, sua mãe pertence a etnia Tukano e seu pai a Etnia Baré, assim herdou a etnia de seu pai, portanto é indígena da etnia Baré, conforme as tradições. Nasceu na comunidade de Cajuri, onde residia sua mãe e seus avós maternos, porém foi registrado em São Gabriel Da Cachoeira, onde residiu com sua avó paterna até os 12 anos de idade e dos 12 aos 18 anos residiu no município de Santa Isabel do Rio Negro com sua mãe, após o falecimento de sua avó paterna. Atualmente, o autor se encontra na capital Manaus onde reside desde seu ingresso na Universidade.

Escola Superior de Ciências da Saúde (ESA), localizada na Av. Carvalho Leal, 1777 – Cachoeirinha, Manaus -AM. Atualmente a unidade atende os cursos de Enfermagem, Medicina, Odontologia e Educação Física e conta com programas de residência, mestrado e doutorado. A ESA é uma unidade da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) que é a maior universidade

multicampi do país, possuindo seis Unidades Acadêmicas de Ensino Superior na capital; seis Centros de Estudos Superiores e 17 Núcleos de Ensino Superior no interior do estado.

Os dados serão coletados a partir da narrativa autobiográfica do percurso do autor na ESA – UEA, lembrando suas experiências vivenciadas interna e externamente ligadas ao ambiente acadêmico, bem como sua convivência com colegas, professores e funcionários sejam eles indígenas e não-indígenas

No presente estudo vale destacar Catherine Walsh, como referencial teórico. Essa autora afirma que o processo de emancipação a ser implementado com a ajuda das pedagogias decoloniais não se limita a libertar as identidades culturais, como se a colonialidade pudesse ser superada unicamente no âmbito cultural. A tarefa a ser realizada consiste em “[...] abordar as condições ontológicas-existenciais, assim como as classificações de raça e gênero; atuar e intervir, interromper, transgredir, desencaixar e modificar essas questões de forma que elas sejam superadas ou desfeitas as categorias identitárias [...]”. Sob essa ótica, pode-se discutir pedagogias decoloniais de maneira radical(25)

As temáticas apresentadas nos resultados, surgem das memórias mais marcantes do autor desde o seu ingresso até os períodos finais da graduação. Para auxiliar na discussão dos resultados foi utilizado as Pedagogias Decoloniais de Catherine Walsh, buscando como ideias centrais, a Desconstrução do Eurocentrismo e a Interculturalidade Crítica, respectivamente, uma busca rejeitar o conhecimento eurocêntrico como único e válido, valorizando e viabilizando os conhecimentos dos povos subalternizados, como os indígenas; a outra, crítica buscando de forma radical modificar as estruturas que geram desigualdades, funcionando como um projeto ético-político.

Por se tratar de uma pesquisa Autoetnografia, utilizando dados que são de acesso público, nos termos da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. O presente estudo dispensa submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme o item II da resolução nº 510, de 2016, do Conselho Nacional de Saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados serão apresentados em 2 quadros com tópicos de 5 categorias temáticas, vivências e suas implicações, o quadro 1.1 representa os desafios, e o quadro 1.2 representa iniciativas que fortalecem as ações afirmativas na Universidade. Posteriormente são discutidas com o auxílio do referencial teórico de Catherine Walsh.

Quadro 1.1 – Desafios da inclusão, acesso e permanência

Temáticas	Vivências	Implicações
1. Distanciamento do território	Sempre morei no interior, as vezes que viajei para capital foram somente para fazer provas e vestibular. Ficava no máximo 1 semana, portanto não tinha uma vivência real de uma cidade grande	Falta de segurança, medo do desconhecido, dificuldade de moradia e financeira.
2. Período Pandêmico	É importante ressaltar o período pandêmico, pois foi nesse período em que ingressei na universidade, erámos para ter iniciado em 2020, porém iniciou no final 2021, ainda no período pandêmico. Com aula presencial de anatomia e demais online	Dificuldade no aprendizado devido a aulas online; Indígenas como grupo de risco para Covid 19.
3. Impacto sociocultural no ingresso	Na universidade temos contato com diversas culturas. Na minha matrícula não observei algo relacionado aos povos indígenas e não tive uma acolhida, como tinha em todos os anos.	É a primeira impressão do acadêmico “calouro”, não tendo um ingresso diferencial pode impactar de diversas formas. Tendo em vista que na UEA há uma divisão entre alunos de capital e interior.
4. Dificuldades no ambiente acadêmico	É um período de adaptação muito longo, pois há muitos conflitos de identidade e costumes, pode ser entendido como um ato de resistência. Começo citando uma grande dificuldade que é a base de	No ambiente acadêmico é onde o aluno vivência basicamente tudo, tem contato com professores, funcionários e colegas, nele podem surgir atitudes

	conhecimentos, dificuldade em se inserir com os colegas e com o ambiente, já que no ciclo básico temos contato com alunos de todos os cursos.	e falas que impactam o acadêmico indígena.
5. Desvalorização cultural e preconceito	Na universidade não consegui observar um tratamento adequado relacionado a indígenas, não há uma valorização cultural de seus costumes e crenças, é como se tudo em que acreditamos fosse simplesmente ignorado. Sobre preconceito o principal é o julgamento de alguns colegas que acham que não merecemos ocupar estes espaços, que entrar por cota seria um motivo de vergonha	Apesar da UEA oferecer cota para alunos indígenas, dentro da universidade não há um olhar integral para esses alunos, isso pode fortalecer o preconceito dentro dela, além do fato da maioria das disciplinas não abordar os povos indígenas em suas aulas. Aos poucos estão surgindo iniciativas em relação a população indígena.

Quadro 1.2 – Iniciativas que fortalecem as ações afirmativas na Universidade

Temáticas	Vivências	Implicações
1. Disciplina de Saúde Indígena (LAMSI)	Na disciplina pude aprender um pouco mais sobre como lidar com a Saúde Indígena, formas de trabalhar e conseguir atingir o objetivo de levar saúde e assistência de qualidade para este público específico.	Auxilia na melhor formação do profissional que tem interesse em trabalhar na Saúde Indígena. É a disciplina que possui um olhar holístico em relação a população indígena.

<p>2. Liga Multidisciplinar de Saúde Indígena</p>	<p>Estive presente durante as reuniões antes da criação da liga e participar disso foi grandioso para mim, pois tinha o sentimento que era uma forma de transformar de forma positiva o ambiente acadêmico. E assim foi, acredito que é de extrema importância ter a presença indígena de forma ativa na Universidade.</p>	<p>A Liga busca reunir alunos indígenas de diferentes etnias; e alunos não indígenas, com o intuito de abordar temas relacionados as diversas etnias existentes na região norte, temas relacionados a saúde de todas as idades, doenças que mais acometem estas populações, territórios, como funcionam as comunidades, lideranças etc.</p>
<p>3. Programa Ajuri na Floresta</p>	<p>O programa é integrado a LAMSI, nele, juntamente com os outros integrantes tivemos a possibilidade de fazer visitas as comunidades próximas a Manaus, conhecer de perto como funcionam, tive a oportunidade de conhecer lideranças indígenas de outras etnias e observar como elas dirigem as suas comunidades. Além da tivemos a oportunidade de promover ações para fortalecer e integrar a saúde dessas comunidades.</p>	<p>O Programa Ajuri na Floresta, tem a missão de promover ações de saúde nas comunidades que é possível fazer a visita, busca compreender de forma prática como é a vivência nas diferentes comunidades.</p>
<p>4. Iniciação Científica –</p>	<p>A Iniciação Científica foi o que me trouxe para a</p>	<p>A Iniciação Científica é uma etapa importante na</p>

<p>GEPEPHE/LEHED-ENEI</p>	<p>pesquisa, fui convidado para pesquisar sobre ações afirmativas e a fazer parte do GEPEPHE/LEHED, foi em meio a essa pesquisa que compreendi sobre como funcionam as políticas de ações afirmativas, desde então me empenhei a continuar a pesquisar, seguindo esta linha. Em um desses momentos tive a oportunidade de Participar do Encontro Nacional de Estudantes indígenas, onde assisti apresentações de pesquisas idênticas a minha, porém de vários lugares do País.</p>	<p>vida do acadêmico, é capaz de proporcionar muitos momentos memoráveis, momentos de trocas de conhecimento e instigar o acadêmico a se tornar pesquisador.</p>
<p>5. Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Indígena (PROMUSI)</p>	<p>Neste caso não se trata de uma vivência, mas sim uma expectativa. Quando escolhi cursar enfermagem, sempre me interessei pela saúde indígena. Antes de existir esse programa, eu pensava em seguir a saúde coletiva, era o que eu via como algo mais próximo. Porém, quando soube que o programa foi aprovado, não tive dúvidas que é o que eu almejava.</p>	<p>Qualifica profissionais para trabalhar na Saúde Indígena e Incentiva acadêmicos que buscam seguir essa área.</p>

Distanciamento do território

É um grande desafio para o indígena ter que sair do seu município ou comunidade para estudar na capital, o que somente fortalece a perda do seu vínculo com o seus costumes e sua cultura. Além disso é preciso lidar com um “mundo novo”, as coisas não funcionam como no interior, onde pode se dizer que tudo é mais simples. É necessário buscar moradia, normalmente procura-se o que é mais econômico, portanto, residir em bairros mais distantes e mesmo assim financeiramente é um grande desafio, há gastos com transporte, alimentação e muitas outras coisas. Longe do seu território o estudante indígena enfrenta constantemente perigos como por exemplo roubos e assaltos, algo que não existe em seu território, estar longe de casa desperta muitos sentimentos que podem influenciar negativamente na vida do estudante indígena.

Durante a graduação, ainda fica o sentimento de estar longe de casa, mesmo depois de tanto tempo, e basicamente ter se adaptado a vida na Capital. Eu não vejo a minha terra natal há mais ou menos 5 anos, porque a minha mãe teve que se mudar junto a mim, não tinha condições de se manter lá e aqui, já era difícil, pois meus irmãos estavam aqui cursando uma faculdade, também na UEA. Então quando eu fui aprovado, decidimos vender tudo e mudar para Manaus, foi o sacrifício que tivemos que fazer para buscar um futuro melhor.

Período Pandêmico

Como dito anteriormente eu fui um acadêmico que ingressou em meio a pandemia da Covid 19, o que nos leva a outra discussão como afirma um aluno entrevistado por Estácio (2015)

As quotas da UEA favorecem apenas a entrada, e aí depois você se vire para permanecer. Não tem apoio de nada. Não existe nenhum acompanhamento. Ninguém chega perguntando: ‘Como é que está indo? Como é que está o ensino? Quais são as suas dificuldades?’ Não tem nada disso. Quando eu tive dificuldades financeiras, pois não tinha dinheiro para o transporte, para xerox, aí eu tive de parar de estudar [...] (universitária indígena citada por Estácio 2015, p. 7-8).(12)

Seguindo esta afirmação, quem me ajudou nos períodos iniciais foi o meu irmão mais velho que já havia ingressado antes de mim, também no curso de enfermagem. Nesse período, foi um desafio para todos, tendo em vista que era uma outra realidade e tudo teve que ser adaptado de alguma forma. Eu tive muitas dificuldades, principalmente com o formato de ensino, não conseguia compreender muito bem os assuntos por aula online, além de sofrer com

insônias constantemente, pensei em trancar o curso por um período e até desistir, eu não consegui buscar ajuda em relação a isso, era algo novo para mim.

Impacto Sociocultural no Ingresso

O ingresso na universidade para um aluno indígena deveria acontecer de forma diferenciada, afirma Barroso-Hoffman (2005):

“os estereótipos e os preconceitos dirigidos aos povos indígenas levantam a questão — do seu ponto de vista, equivocada — de como “inserir-los” nas universidades sem temer que isso possa tornar-se um instrumento de ameaça às identidades indígenas e de perda dos vínculos dos estudantes com seu povo de origem.”(13)

A universidade não possuir um ingresso de forma diferenciada para alunos indígenas, impacta de maneira negativa na vida dos mesmos, dito isso, dialogando com Catherine Walsh (2015) o objetivo do trabalho a ser realizado “[...] é abordar as condições ontológicas e existenciais, assim como as classificações relacionadas à raça e ao gênero; atuar e interferir, romper, desafiar, desarticular e modificar essas condições de tal forma que ultrapassem ou desfaçam as categorias identitárias [...].

Para mim foi tudo diferente, mas não de forma positiva, minha turma não teve acolhida como normalmente acontece em todos os anos e acredito que isso faz uma grande diferença na vida do acadêmico. Nesse ponto, me sentia perdido por não conhecer muitas pessoas, é complicado se inserir onde você não se sente tão seguro e não sabe se será aceito de forma positiva, isso querendo ou não, acabou me privando. Até eu conseguir me inserir, mesmo que em um pequeno grupo de amigos demorou um tempo consideravelmente longo.

Dificuldades no Ambiente Acadêmico

Com a volta das aulas presenciais pude fazer amizades, mas também receber alguns olhares e falas de julgamento, porque durante o ciclo básico o acadêmico não tem uma turma específica e acaba misturando-se com “turmas de capital” e “turmas de interior”, como são chamadas na unidade em que estudo da UEA. Como citado anteriormente devido as dificuldades acabei me “desperiodizando”, o que gerou mais dificuldades ainda, devido a grade curricular ficar toda desorganizada.

Após o fim do ciclo básico o acadêmico acompanha somente a turma do seu curso, o convívio se torna mais fácil, porém é onde iniciam os estágios em instituições externas e a

universidade não oferece apoio financeiro em relação a isso, o acadêmico tem que tirar do seu próprio bolso para se locomover para estágios muitas das vezes muito distantes, extinguindo a possibilidade de se locomover por transporte público e tendo que utilizar de aplicativos.

Desvalorização cultural e preconceito

Durante toda a graduação quase nunca se aborda como atender ou trabalhar com populações indígenas, mesmo que de forma sucinta, dito isso afirma Barroso-Hoffmann (2005):

“Nas discussões sobre o acesso indígena em cursos regulares de graduação, mesmo aquelas que se pautam em uma interculturalidade, emerge certa abordagem reificada das categorias saberes indígenas e ciência ocidental, uma em oposição à outra, que tende a invisibilizar os longos percursos da construção da ciência ocidental, muitas vezes em razão de interações entre grupos e conhecimentos. Essa mesma abordagem apresenta a ciência ocidental como um conjunto internamente homogêneo e coeso, bem como “proprietária única de um acervo de conhecimentos e bens resultantes de procedimentos de investigação apresentados como tendo sido de sua criação exclusiva” (Barroso-Hoffmann, 2005, p. 9)”(13)

Dialogando com a afirmação do autor, a universidade deveria se atentar quanto a isso, quando somente é levantado e abordado o saber científico ocidental, você acaba que desvaloriza toda a abordagem sobre os povos indígenas, seus conhecimentos e saberes. Fortalecendo assim o preconceito velado de quem é aluno indígena, levando a ter que ouvir falas e observar atitudes desse cunho. Dessa forma, somos desvalorizados, é como se tudo o que aprendeu e vivenciou com seu povo não fosse válido, ou muitas vezes é dado como complemento, porém, para o indígena é impossível negar isso e muitas pessoas infelizmente acabam não compreendendo por que não faz parte da sua vida e seu cotidiano, não tem como abordar indígenas sem considerar e respeitar a sua crença e sua cultura e para isso, é preciso abordar sobre estes temas.

Por outro lado, alguns avanços também têm sido observados na Universidade do Estado do Amazonas, aqui vamos destacar pontualmente na Escola Superior de Ciências da Saúde, principalmente nos campos de ensino, pesquisa e extensão.

Disciplina de Saúde Indígena

No 5º período existe a disciplina de saúde indígena, obrigatória para o curso de enfermagem, e optativa para os cursos de medicina e odontologia. É de suma importância destacar a disciplina, principalmente para o estudante indígena, pois durante a grade curricular

toda ela é a única que aborda de forma integral a atenção a saúde da população indígena, articulando com a formação intercultural da Política Nacional de Atenção a Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), que tem como objetivo capacitação de profissionais da área da saúde para atuar de forma adequada, respeitando a cultura dos povos indígenas e seus saberes tradicionais articulando juntamente com conhecimento ocidental, inserindo um olhar mais holístico para essa população, promovendo respeito e dialogo e garantindo uma atenção diferenciada. Dessa forma incentivando o aluno que queira seguir nessa área de formação e normalmente alunos indígenas querem seguir por este caminho. Vale ressaltar que tive a honra de ser monitor desta disciplina, foi uma experiência muito enriquecedora para mim, tive a oportunidade de observar mais ainda a sua importância, além de compreender a visão dos alunos sobre a disciplina e sobre a saúde da população indígena.

Liga Amazonense Multidisciplinar de Saúde Indígena (LAMSI)

A liga Multidisciplinar de Saúde Indígena (LAMSI) foi criada em 2024, a liga oferece vagas para alunos indígenas e não indígenas de todas as universidades de Manaus, seja a instituição pública ou privada de qualquer curso da área da saúde. A LAMSI proporcionou muitas coisas boas, principalmente a troca de experiências com outros alunos indígenas, fortalecimento do vínculo com seus costumes, tradições e com o seu povo, a abordagem diferencial com a população indígena, na universidade e no ambiente profissional. Durante o ciclo foram abordados muitas temáticas importantes como, Territórios e comunidades do Amazonas: Etnias do Amazonas, é relevante para o estudante indígena ter o conhecimento sobre outras etnias, onde e como residem e principalmente quais etnias estão presentes no seu estado; Dificuldades dos alunos indígenas no ambiente acadêmico, este tema foi abordado pelos “ligantes” da LAMSI, foi uma forma de compartilhar sobre essa problematização e entender que praticamente todos os estudantes indígenas passam por este processo, porém, é uma forma de superação trabalhar isso em conjunto, é uma forma de se unir para combater essas dificuldades; Temas ligados a Saúde da criança, Saúde da mulher, Saúde mental, Acidentes por animais peçonhentos também foram abordados nas reuniões da LAMSI, tendo em vista que os povos indígenas possui muitas particularidades quanto a estes assuntos, cada etnia têm sua maneira de lidar com isso e entender essas particularidades de cada etnia, é valorizá-las; Por fim a última reunião do ciclo abordou o tema sobre Políticas Públicas de Saúde Indígena, trazendo a realidade dessas populações, o seu difícil acesso a uma saúde de qualidade e diferenciada. Atualmente me encontro como diretor da liga e é muito gratificante poder participar ativamente

e proporcionar boas experiências para alunos indígenas e não indígenas que se interessam por essa área.

Programa Ajuri na Floresta

A palavra “Ajuri” é um termo utilizado por povos da Amazônia para se referir ao trabalho coletivo, uma forma de auxiliar familiares em atividades como roçado, plantio e colheita, o que pode descrever bem o objetivo do programa que visa construir e manter a autonomia da saúde dentro das comunidades de maneira que valorize e incentive a saúde tradicional indígena de acordo com seus costumes, tradição e cultura. Este é um programa que está vinculado a LAMSI, porém ele trabalha de forma a atingir a população indígena externa que moram em comunidades próximas a Manaus. Durante uma visita a comunidade Wotchimauçu, que pertence a etnia Tikuna e está localizada no bairro Cidade de Deus, foi possível conhecer e entender a dinâmica da comunidade, como funcionam suas tradições e rituais, a visita na comunidade pode promover educação em saúde e visita multiprofissional para atender esta população, seguindo as linhas de atuação: doenças negligenciadas, segurança alimentar e bem viver; outra experiência foi a visita a comunidade Tururukari-uka, pertencente a etnia Kambeba e está localizada no km 47, Manacapuru-AM, durante a visita na comunidade também foram feitas educação em saúde e visita multiprofissional, seguindo a linhas de atuação, além de promovermos um pequeno torneio, afim de incentivar a práticas de esportes e atividades físicas. O programa por sua vez de gera experiência prática e desperta interesse ao acadêmico que futuramente irá atender estas populações em seu ambiente de trabalho.

Iniciação Científica – GEPEPHE/LEHED – ENEI

Tive conhecimento da Iniciação científica quando já estava no 5º período, recebi um convite de um professor de outra unidade da UEA para pesquisar sobre ações afirmativas envolvendo populações indígenas, antes disso eu não tinha conhecimento sobre o aluno pesquisador, aprendi a gostar bastante dessa área. Foi neste momento que ingressei no grupo de pesquisa GEPEPHE/LEHED pertencente ao professor que me trouxe para iniciação científica, o grupo se impõe a pesquisar sobre ações afirmativas e histórias da Amazônia, nele pude obter trocas de experiências com outros pesquisadores não somente de graduação, mas de mestrado e doutorado.

No ano de 2025 ocorreu o Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI) pela primeira vez em Manaus, neste evento que pude apresentar a minha pesquisa e acompanhar outras que seguiam a mesma linha, pude perceber de forma mais ampla a luta dos povos

indígenas dentro das universidades em todo Brasil, mesmo que o foco da pesquisa seja a instituição em que estudo, muitos pesquisadores relataram suas lutas e conquistas: como espaços apropriados para a população indígena, alimentação diferenciada, ajuda financeira, psicológica, jogos universitários indígenas e entre outros. Diante dessa experiência é possível observar que a UEA ainda necessita melhorar a permanência do estudante indígena na universidade.

A iniciação científica me incentivou de diversas maneiras, abriu portas de conhecimentos que eu não tinha, além da bolsa ajudar a me manter na universidade.

Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Indígena (PROMUSI)

O Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Indígena é uma grande conquista para o estado do Amazonas, como destaca o coordenador do programa, Altair Seabra de Farias (2025):

“É importante surgir da Amazônia essa primeira residência, porque é aqui que está concentrada a maioria da população indígena brasileira. Historicamente, o norte do Brasil sempre foi escasso de profissionais com qualificação para atuar em contexto intercultural. É justo e necessário ter uma residência em saúde indígena no Amazonas e ela acontecer na UEA, uma universidade plural, tanto do ponto de vista dos seus alunos e do acesso ao ensino superior”(26)

Como destaca o coordenador do programa, a residência vem para somar e qualificar os profissionais do Amazonas e de toda região norte, tendo em vista que existe uma escassez de profissionais qualificados para atender a população indígena, além da residência incentivar os acadêmicos que ainda estão em formação a ingressá-la futuramente. Isto não fortalece somente os estudantes como toda a população indígena.

Particularmente o PROMUSI traz o sentimento de vitória, não somente dos acadêmicos, mas da população indígena também. Como dito anteriormente eu pensava em seguir a área da Saúde Coletiva, por não existir a residência em Saúde Indígena, quando foi aprovado eu fiquei bastante interessado, foi um incentivo a mais para que eu continuasse a graduação e buscasse ingressar na Residência, mesmo já estando nos períodos finais, trabalhar na Saúde indígena sempre foi meu objetivo e agora saber que não somente eu, como vários profissionais podem se especializar nessa área, é muito gratificante.

4 CONCLUSÃO

A presente autoetnografia traz a reflexão sobre a inclusão, acesso e permanência no ensino superior, destacando conquistas e desafios. Resultado de políticas de ações afirmativas e mobilização dos povos indígenas, o ingresso na universidade representa a luta por espaços de igualdade de oportunidades e reconhecimento. Ainda assim, mesmo com o sistema de cotas, a permanência de estudantes indígenas no ensino superior continua sendo marcada por desafios socioculturais e econômicos.

De forma positiva destacam-se a criação da Liga Multidisciplinar de Saúde Indígena (LAMSI), o Programa Ajuri na Floresta e a Residência Multiprofissional em Saúde Indígena como experiências que fortalecem a identidade e o pertencimento indígena. Destaca-se também a iniciação científica com a participação em eventos e grupos de pesquisa, ampliando a representatividade, resistência e reafirmação cultural, dessa maneira aproximando os saberes tradicionais com os científicos

Por outro lado, a universidade ainda se mostra despreparada em diversos aspectos, sabendo que a presença indígena traz uma grande diversidade étnica e epistemológica. Persistindo dificuldades como a escassez de disciplinas que abordem os povos indígenas de forma holística, políticas de acolhimento específicas, falta de apoio financeiro e melhora no acompanhamento psicológico e por fim o preconceito velado.

Pode-se concluir que o acesso ao ensino superior é o primeiro passo de um amplo processo, que exige a valorização e permanência dos estudantes indígenas como um compromisso institucional. Dessa forma, as universidades devem avançar de forma fundamental em práticas pedagógicas decoloniais, com o intuito de reconhecer e respeitar os saberes tradicionais, promovendo assim uma formação intercultural, plural e humanizada.

REFERÊNCIAS

1. Meireles E, Santana LAA, Carvalho JJ de, Nacif PGS. Condições de ingresso e permanência de indígenas nas Instituições Federais de Ensino Superior entre 2013 e 2019. *Revista Educação e Políticas em Debate*. 31 de dezembro de 2024;14(1):1–24.
2. Medaets C, Arruti JM, Fonseca de Almeida AM. Cotas para negros, encontro de saberes para indígenas: gramáticas da inclusão étnico-racial no ensino superior. *Novos Estudos - CEBRAP*. setembro de 2024;43(2):261–89.

3. Bergamaschi M, Doebber M, Brito P. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. 18 de junho de 2019;99(251).
4. Faustino RC, Novak MSJ, Rodrigues IC. O acesso de mulheres indígenas à universidade: trajetórias de lutas, estudos e conquistas. *Revista Tempo e Argumento*. 1º de maio de 2020;12(29):e0103.
5. Souza G dos S, Vieira CMN, Nascimento AC. A permanência de acadêmicos indígenas na universidade a partir do Programa Rede de Saberes: experiências decoloniais no espaço da UCDB. *Revista Ñanduty*. 31 de julho de 2024;12(19):302–18.
6. Ayres AD, Brando F da R, Ayres OM. Presença indígena na universidade como retomada de território. *Revista Brasileira de Educação*. 2023;28.
7. Brasil. Brasília - DF. 2012 [citado 18 de setembro de 2025]. Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm
8. UNICAMP. COMVEST. 2006 [citado 19 de setembro de 2025]. Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social da Unicamp (PAAIS) é alternativa de ação afirmativa sem cotas. Disponível em: <https://www.comvest.unicamp.br/programa-de-acao-afirmativa-e-inclusao-social-da-unicamp-paais-e-alternativa-de-acao-afirmativa-sem-cotas/>
9. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Lei Ordinária nº 6.898, de 20 de maio de 2024 [Internet]. 2024 maio [citado 17 de setembro de 2025]. Disponível em: <https://sapl.al.am.leg.br/norma/13236>
10. Ames VDB, Almeida ML de. Indígenas e ensino superior: as experiências universitárias dos estudantes Kaingang na UFRGS. *Sociologias*. abril de 2021;23(56):244–75.
11. Gomes do Nascimento R. A universidade não está preparada para a diversidade: racismo, universidades e povos indígenas no Brasil. *Universidades*. 2 de março de 2021;72(87):73–89.
12. LEMBI RC, BATTANI V, GUTIÉRREZ AMF, VICENTINI J de O, ALBUQUERQUE C de, RODRIGUES AC, et al. Inclusão, acesso e permanência de estudantes indígenas na universidade: reflexões sobre potenciais aprimoramentos para a Universidade do Estado do Amazonas. Em: *Diálogos Amazônicos: Contribuições para o Debate Sobre Sustentabilidade e Inclusão*. RIMA Editora; 2023. p. 143–71.
13. Kawakami ÉA. Currículo, ruídos e contestações: os povos indígenas na universidade. *Revista Brasileira de Educação*. 2019;24.
14. Nobre JC de A, De Souza Lessa E. Política de Cotas Raciais no Brasil e a Teoria Ator-rede. *Cadernos UniFOA*. 28 de maio de 2025;20(55):1–17.
15. Rodrigues Neto D, Schabbach LM. Entre reparação histórica e justiça social: as ideias subjacentes às políticas de ações afirmativas nas universidades públicas. *Sociedade e Estado*. dezembro de 2024;39(3).

16. Brito Filho JCM de. Ações afirmativas. 5º ed. São Paulo: LTR; 2023.
17. Mattei TS, Reinaldo Alves L, Peixe Rego M da C. POLÍTICA AFIRMATIVA: ARGUMENTOS FAVORÁVEIS E CONTRÁRIOS ÀS COTAS NO ENSINO SUPERIOR FEDERAL BRASILEIRO. *Gestão e Desenvolvimento em Revista*. 2 de abril de 2025;10(2).
18. Artes A, Ridenti S, Unbehaun, Silvério V, Roberto. Ações afirmativas no Brasil. Fundação Carlos Chagas : Cortez Editora; 2016.
19. Braga GS, Cardoso DM, Baré EBL, Piratapuia AJMAN. 10 Anos do Processo Seletivo Especial na UFPA: conquistas e desafios da inserção do movimento indígena no ensino superior paraense. *Revista Educação e Políticas em Debate*. 31 de dezembro de 2024;14(1):1–20.
20. Carnut L, Schieck CR, da Silva Guerra LD, Mendes Á. A critical systematic review on autoethnography and Marxism: Traces to identify this (mis)encounter. Em 2022.
21. Raimondi GA, Moreira C, Brilhante AV, Barros NF de. A autoetnografia performática e a pesquisa qualitativa na Saúde Coletiva: (des)encontros método+lógicos. *Cad Saude Publica*. 2020;36(12).
22. Agnes A, Mota S. A AUTOETNOGRAFIA INDÍGENA DE CLAUDE LÉVI-STRAUSS E DARCY RIBEIRO.
23. Gama F, Raimondi GA, Barros NF de. Apresentação -Autoetnografias, escritas de si e produções de conhecimentos corporificadas. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*. 2021;(37).
24. Mattos CLG de, Santos A dos, Grion V. Autoetnografia: self, identidade e reflexão como categorias de análise em etnografia. *Cadernos de Pesquisa*. 30 de junho de 2024;1–28.
25. Catherine WALSH. Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)viver. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa. dezembro de 2015;10:585–90.
26. Agência Amazonas. Agência Amazonas. 2025 [citado 5 de novembro de 2025]. Pioneira no Brasil, UEA inicia atividades de Programa de Residência em Saúde Indígena. Disponível em: <https://www.agenciaamazonas.am.gov.br/noticias/pioneira-no-brasil-uea-inicia-atividades-de-programa-de-residencia-em-saude-indigena/>